



Consolidação de Contas

Relatório de Atividades e de Gestão

17



ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

2. BALANÇO CONSOLIDADO

3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

4. FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

**Consolidação
de Contas**

Relatório de Atividades e de Gestão

17



1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

**Consolidação
de Contas**

Relatório de Atividades e de Gestão

17

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos assistiu-se, em Portugal, a uma alteração de paradigma ao nível do desenvolvimento das atribuições e competências dos municípios, que, numa lógica de grupo municipal, recorreram a formas organizacionais diversas, nomeadamente de natureza empresarial. O Município de Matosinhos não foi exceção e constituiu duas empresas Municipais: em 1999, a MatosinhosHabit – MH, Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos, EM, que, sob a tutela da Câmara Municipal Matosinhos, teria como objeto social a gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da Empresa e do Município; e, no ano 2002, a MS – Matosinhos Sport, Empresa Municipal de Gestão e Equipamentos Desportivos e Lazer, E.M., que visaria assegurar o planeamento, a administração, a gestão e a manutenção de espaços e equipamentos desportivos da autarquia, bem como de promover e realizar atividades de animação desportiva e programas municipais de fomento desportivo.

Neste contexto se compreende que a análise das contas individuais não permite uma visão global da situação financeira do grupo municipal. Atendendo à necessidade de avaliação integrada do conjunto das atividades desenvolvidas e à necessidade de objetividade e transparência da informação, a apresentação de contas consolidadas torna-se imperativa.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem apropriada e verdadeira da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo uma análise e avaliação das políticas públicas locais.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. De facto, o n.º 1 do artigo 75.º preconiza que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

De acordo com o estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. A existência ou presunção de controlo afere-se relativamente às entidades de natureza empresarial, pela sua classificação como empresas locais e relativamente a entidades de outra natureza, pela sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado.

Ponderados todos estes fatores, concluiu-se que o grupo autárquico engloba o Município de Matosinhos e as duas empresas municipais acima mencionadas: MatosinhosHabit - MH, EM e MS - Matosinhos Sport, EM.

A Matosinhos Sport, empresa municipal de desporto, foi constituída com o objetivo de proporcionar um serviço de qualidade na gestão e manutenção dos equipamentos desportivos e, através dos programas municipais de fomento desportivo, incentivar a prática desportiva da generalidade dos cidadãos. Partindo deste pressuposto e procurando incrementar, melhorar e diversificar continuamente a oferta desportiva, a Matosinhos Sport, hoje denominada MS - Matosinhos Sport, Empresa Municipal de Gestão e Equipamentos Desportivos e de Lazer, E.M., apoia, de forma criteriosa, o fomento desportivo e colabora ativamente com a Câmara Municipal de Matosinhos no campo do associativismo desportivo.

A MatosinhosHabit-MH, Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos, EM, tem como objeto social a gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da empresa e do município, a promoção da conservação e da manutenção do parque habitacional privado, em sede designadamente de vistorias de salubridade, sendo responsável pela gestão de parque habitacional propriedade da Câmara Municipal de Matosinhos num total de 4321 fogos distribuídos por todas as freguesias do concelho.

3. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

O método adotado na consolidação de contas do município de Matosinhos foi o método de consolidação integral, o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

4. ANÁLISE PATRIMONIAL

4.1. Enquadramento macroeconómico

A crise financeira e económica internacional afetou a economia portuguesa. Sobretudo a partir de 2009, mas já com significado em 2008, a atividade económica em Portugal foi fortemente condicionada pela propagação dos efeitos da crise, que se fez sentir, igualmente, nos principais parceiros comerciais do nosso país.

Inevitavelmente, a quebra das receitas do Estado e, em geral, o funcionamento dos estabilizadores automáticos, a par das medidas, concertadas entre os vários Estados-membros da União Europeia, de estímulo à economia e de apoio às empresas, aos desempregados e às famílias, tiveram consequências negativas sobre as contas públicas de todos os países. Portugal não foi exceção, pelo que o processo de consolidação orçamental foi interrompido em 2008, em grande parte devido a uma significativa diminuição das receitas fiscais.

A economia portuguesa esteve desde 2011, e até maio de 2014, sob influência do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) acordado entre o governo português e o FMI, a Comissão Europeia e o BCE. Este programa incorporou uma estratégia que visava corrigir os desequilíbrios macroeconómicos e financeiros e proceder a uma alteração estrutural da economia portuguesa, criando as condições para um crescimento económico sustentado e gerador de emprego. O súbito e substancial agravamento das condições de financiamento da economia portuguesa em 2011, conjugada com altos níveis de endividamento, impôs substituir financiamento privado por financiamento oficial. A consolidação orçamental, conjugada com um rápido ajustamento por parte das empresas e das famílias portuguesas, conduziu a uma forte contração da procura interna tanto do lado do consumo (público e privado), como, e especialmente, do lado do investimento. Este efeito de compressão da procura interna resultou num ajustamento mais rápido que o previsto dos saldos negativos da balança corrente, quer por via da redução das importações quer pelo aumento das exportações, em parte associado ao esforço das

empresas portuguesas na procura de novos mercados para colocação dos seus produtos, sendo de destacar o contributo relevante de empresas surgidas ao longo da última década.

Apesar do contexto internacional desfavorável em que foi implementado o PAEF, há que registar uma correção assinalável dos desequilíbrios económicos internos e externos da economia portuguesa. Em particular, assinala-se a consolidação estrutural muito significativa das contas públicas, a melhoria do saldo das contas externas, traduzida numa capacidade líquida de financiamento da economia portuguesa, bem como uma reafecção de recursos no sentido dos setores produtores de bens e serviços transacionáveis.

O ano 2014 ficou marcado por um aumento de 0,9% do PIB (face a -1,6% em 2013), a primeira variação positiva registada desde 2010. Em 2015 manteve-se a recuperação gradual da atividade económica iniciada em 2013, registando-se um crescimento do PIB de 1,5%, em termos reais, caracterizada, essencialmente, por um maior crescimento da procura interna, em particular do consumo privado, e por uma ligeira desaceleração das exportações. Apesar de, no ano 2016, o PIB português ter assistido um aumento de 1,4%, no primeiro semestre de 2016, apresentou um crescimento moderado de 0,9 por cento face ao período homólogo, prolongando o perfil de desaceleração iniciado na segunda metade de 2015. Mas, há que referir que, em 2016, a atividade económica acelerou do primeiro para o segundo semestre do ano. Há que referir que, em 2016, a atividade económica acelerou claramente do primeiro para o segundo semestre do ano. A evolução do mercado de trabalho em 2016 caracterizou-se por um aumento do emprego acima do Valor Acrescentado Bruto, mantendo-se o perfil de recuperação verificado a partir do 2.º trimestre de 2013. Embora permaneça em níveis elevados, observou-se uma redução de 1,3 p.p. da taxa de desemprego, num quadro de dinamismo salarial superior ao registado nos últimos anos.

Em 2017 o PIB cresceu em termos reais 2,7% após ter aumentado 1,6% no ano anterior. Os principais setores de atividade contribuíram positivamente para este dinamismo, com a indústria transformadora a registar o maior crescimento desde 2010. A economia portuguesa beneficiou de um enquadramento externo muito favorável. A atividade e o comércio mundiais aceleraram em 2017 e, na área do euro, a recuperação generalizou-se a um conjunto mais alargado de economias e de setores de atividade. As condições monetárias e financeiras contribuíram para este dinamismo económico, com a política monetária do BCE a manter-se acomodatória. O crescimento do PIB em Portugal foi próximo do observado na média da área do euro.

A integração económica e financeira, incluindo a mobilidade de fatores de produção, são elementos que potenciam a redução das diferenças entre a evolução das economias que compõem uma união monetária. Na última década, a sincronização cíclica entre Portugal e a área do euro permaneceu elevada, quando avaliada pela evolução relativa dos ciclos económicos. As diferenças na amplitude dos ciclos – que

resultaram de o impacto da última crise ter sido relativamente mais pronunciado em Portugal – atenuaram-se em 2017, com os indicadores de dispersão a reduzirem-se para níveis comparáveis aos do início da união monetária.

Os motores da aceleração da economia portuguesa em 2017 foram as exportações e o investimento. Esta composição do crescimento é especialmente favorável na perspetiva da correção de alguns problemas estruturais que persistem na economia portuguesa. O bom desempenho das exportações portuguesas deveu-se sobretudo a uma recuperação do ritmo de crescimento da procura externa dirigida a Portugal, em particular dos parceiros da área do euro. Ao mesmo tempo verificou-se um ganho de quota das exportações portuguesas nos mercados externos, tendência que se vem manifestando já desde 2008.

No mercado de trabalho, a população ativa cresceu após seis anos consecutivos de queda. O emprego aumentou 3,3%, o crescimento anual mais elevado desde o início da área do euro, mas a produtividade por trabalhador no conjunto da economia tem diminuído. A taxa de desemprego reduziu-se de 11,1% para 8,9%, um valor que é ligeiramente inferior ao da média da área do euro. A evolução da estrutura de qualificações dos trabalhadores portugueses tem sido positiva mas ainda insuficiente para alcançar a média dos países da União Europeia.

Em 2017 o défice das administrações públicas aumentou face ao ano anterior, em consequência da injeção de capital na CGD. Em termos estruturais, ou seja, quando se ajusta o efeito de medidas temporárias e se corrige o efeito da evolução cíclica da economia, o défice reduziu-se em 0,8 pp do PIB. A dívida das administrações públicas reduziu-se de 129,9% do PIB em 2016 para 125,7% do PIB em 2017, beneficiando de um saldo primário positivo, de um crescimento do PIB nominal superior à taxa de juro implícita da dívida, bem como de uma redução do stock de depósitos.

Mas, mantém-se a necessidade de um esforço de consolidação orçamental adicional, uma vez que o saldo estrutural ainda se situa aquém do objetivo de médio prazo e a dívida das administrações públicas permanece muito elevada e significativamente acima da média da área do euro. De acordo com as regras europeias, o esforço terá também que passar pelo cumprimento de regras para a variação da despesa. Estas condicionantes são importantes desafios para a condução da política orçamental nos próximos anos. Os custos associados ao envelhecimento populacional deverão continuar a exercer uma forte pressão no sentido do aumento da despesa com pensões e saúde. Adicionalmente, será necessário assegurar um nível de investimento público que não comprometa o crescimento potencial da economia. Por último, existem tendências recentes de aumento da despesa pública, em particular por via do crescimento do emprego nas administrações públicas, que assumem um carácter mais permanente.

O futuro da economia portuguesa depende fortemente das suas ligações com o exterior, quer enquanto destino de exportações e como origem de investimento produtivo, quer no âmbito do processo de integração financeira, assente, necessariamente, na melhoria das condições de competitividade do país.

A performance apresentada pelo Município de Matosinhos é globalmente positiva, evidenciando que o Grupo Autárquico tem conseguido manter o equilíbrio financeiro assim como o nível de investimentos dos últimos anos.

4.2 Análise do Balanço

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Autárquico à data de encerramento do exercício 2017, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

A estrutura do Ativo reparte-se em Imobilizado – ou Ativo Fixo – e em Ativo Circulante. Por seu lado, a estrutura do Passivo é repartida entre o Capital Próprio ou Fundos Próprios e o Passivo.

Quadro n.º 1 - Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado

(Un: Euros)

Descrição	2017	
	Valor	Peso %
ATIVO		
IMOBILIZADO	641 336 213,06	86,8
<i>Bens de Domínio Público</i>	67 481 352,04	9,1
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	284 970,11	0,0
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	568 436 837,09	77,0
<i>Investimentos Financeiros</i>	5 133 053,82	0,7
CIRCULANTE	97 181 817,07	13,2
<i>Existências</i>	173 058,96	0,0
<i>Dívidas de Terceiros - Médio/ Longo Prazos</i>	11 270 690,08	1,5
<i>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo</i>	10 028 297,37	1,4
<i>Títulos Negociáveis</i>	0,00	0,0
<i>Disponibilidades</i>	37 010 536,89	5,0
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	38 699 233,77	5,2
TOTAL DO ATIVO	738 518 030,13	100,0
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
FUNDOS PRÓPRIOS	528 845 686,11	71,6
<i>Património</i>	478 682 375,15	64,8
<i>Ajustamento partes Capital</i>	0,00	0,0
<i>Reservas</i>	18 699 825,47	2,5
<i>Resultados Transitados</i>	26 819 296,55	3,6
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	4 644 188,94	0,6
PASSIVO	209 672 344,02	28,4
<i>Provisões para riscos e encargos</i>	3 839 589,97	0,5
<i>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	49 893 487,66	6,8
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	11 675 890,69	1,6
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	144 263 375,70	19,5
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	738 518 030,13	100,0

O Balanço Consolidado quando comparado com o Balanço do Município de Matosinhos permite verificar o forte peso da entidade-mãe, cuja representatividade é superior a 99,6% e, como tal, responsável pela apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

Através da análise da estrutura do **Ativo**, podemos constatar que o peso relativo do Ativo Fixo é de 86,8%, muito semelhante aliás ao peso em termos das contas individuais do município de Matosinhos (87,1%). Em termos de grupo, o Município assume aqui uma posição dominante, responsável em 99,9% por este agregado. Em termos de Ativo Circulante, que na estrutura do ativo consolidado tem um peso de apenas 13,2%, a posição do Município apresenta um peso ligeiramente menor (98,0%)

No que diz respeito à estrutura do **Passivo**, e tendo em consideração que a dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2018 (amortizações de capital) se encontra relevada na rubrica de Dívidas a Terceiros de Curto Prazo e que representa 5,12 milhões de euros, poderemos afirmar que a dívida de maior expressão é, sem qualquer margem para dúvida, a de médio/longo prazo. Apesar da dívida global ter assistido a um decréscimo entre 2016 e 2017 na ordem dos 2,2 milhões de euros, o que representa uma variação em baixa de cerca de 3,4%, mantendo a tendência verificada até ao ano 2014, e derogada em 2015 e 2016, a dívida a terceiros de médio e longo prazo sofreu um ligeiro acréscimo face a 2016 (cerca de 1,7% o que corresponde a 837 mil euros), essencialmente devido à utilização dos empréstimos contratados entre 2015 e 2016, para financiamento de investimentos, líquida de amortizações (ordinárias e extraordinárias). Relativamente às Dívidas a Terceiros de curto prazo, podemos constatar que, apesar do aumento do serviço da dívida a pagar em 2018 face à ocorrida em 2017 e que se encontra refletida na conta 2312, sofreram um decréscimo de 20,6% explicada, essencialmente, pela diminuição nas contas de Fornecedores, Fornecedores de Imobilizado e Outros Credores.

Já na estrutura dos **Fundos Próprios** consolidados, que representam, no final do exercício, 528.845.686,11 euros, o destaque vai para a rubrica correspondente ao Património do grupo municipal que tem um peso de 90,5% neste agregado.

4.3 Análise da Demonstração de Resultados

Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade do grupo municipal em gerar fluxos de caixa.

Analisando a estrutura dos **Custos e Perdas** do grupo autárquico, podemos desde logo constatar que são os Custos com Pessoal, os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE's) e as Amortizações do Exercício os que mais contribuem para o seu total. Só estes três agregados são responsáveis por 78,7% do total de custos, sendo o peso dos FSE's superior ao das amortizações em 4,5 p.p., mas inferior ao dos custos com pessoal em 6,2 p.p. .

Do lado dos **Proveitos** há que salientar o peso que os Impostos e Taxas assumem no total dos proveitos, sendo responsáveis, por si só, por 48% dos proveitos do grupo municipal. Convirá, a este nível, realçar a consolidação da retoma deste agregado, iniciada já em 2015 (que assistiu, nestes três últimos anos, a um aumento de 42%, o que corresponde a cerca de 17 milhões de euros), contrariando a forte queda ocorrida entre 2012 e 2014, em que os impostos e taxas caíram, nesses dois anos, 13 milhões de euros fruto da tendência fortemente decrescente de todos os impostos cuja receita reverte para os municípios, com excepção do IMI. O IMI, fruto do processo de avaliação geral dos prédios urbanos ocorrida, assistiu entre 2012 e 2013 a uma diminuição de 2,52 milhões de euros. Entre 2016 e 2017, se, por um lado, há a registar um crescimento importante dos proveitos decorrentes do IMT (cerca de 3,8 milhões de euros) e da Derrama (cerca de 2 milhões de euros), por outro, quanto ao IMI, registou-se uma quebra no valor arrecadado em 2016 em cerca de 900 mil euros, fruto da deliberação dos órgãos colegiais, em dezembro de 2016, de fixação da taxa do IMI para os prédios urbanos em 0,425% (em vez dos 0,45% anteriores).

Os Proveitos e Ganhos Extraordinários assistiram, por seu lado, a um decréscimo de cerca de 48% face ao ano anterior, explicado pela diminuição registada nas contas de provisões para riscos e encargos relativos a processos judiciais em curso, de provisões para cobrança duvidosa, juros de mora e alienação de imobilizações corpóreas.

Quadro n.º 2 - Síntese da Demonstração de Resultados

(Un: Euros)

Descrição	2017	
	Valor	Peso %
CUSTOS E PERDAS		
Custo da Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	821 497,97	0,7
Fornecimentos e Serviços Externos	29 731 140,93	25,7
Custos com o Pessoal	36 908 836,95	31,9
Transferências e Subs. Correntes Concedidos e Prestações Sociais	14 260 794,07	12,3
Amortizações do Exercício	24 538 208,53	21,2
Provisões do Exercício	188 244,61	0,2
Outros Custos Operacionais	1 398 342,37	1,2
(A) Custos e Perdas Operacionais	107 847 065,43	93,1
Custos e Perdas Financeiros	901 092,90	0,8
(C) Custos e Perdas Correntes	108 748 158,33	93,9
Custos e Perdas Extraordinários	7 087 936,78	6,1
Total dos Custos e Perdas	115 836 095,11	100,0
PROVEITOS E GANHOS		
Vendas e Prestações de Serviços	21 797 959,15	18,1
Impostos e Taxas	57 883 164,30	48,0
Variação da Produção	0,00	0,0
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00	0,0
Proveitos Suplementares	10 572,90	0,0
Transferências e Subsídios Obtidos	31 700 786,37	26,3
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	67 217,22	0,1
(B) Proveitos e Ganhos Operacionais	111 459 699,94	92,5
Proveitos e Ganhos Financeiros	84 186,55	0,1
(D) Proveitos e Ganhos Correntes	111 543 886,49	92,6
Proveitos e Ganhos Extraordinários	8 936 397,56	7,4
Total dos Proveitos e Ganhos	120 480 284,05	100,0
Resultados Operacionais: (B) - (A)	3 612 634,51	
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	-816 906,35	
Resultados Correntes: (D) - (C)	2 795 728,16	
Resultados Extraordinários:	1 848 460,78	
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)	4 644 188,94	

4.4 Dívida do Grupo Municipal

O recurso ao endividamento autárquico está sempre dependente de duas variáveis: do nível de receitas arrecadadas e do volume de investimento a realizar.

Apesar da receita efetiva ter sido de cerca de 136,6 milhões de euros, o recurso ao financiamento bancário revelou-se uma importante estratégia para fazer face às despesas de investimento do grupo municipal.

Quadro n.º 3 - Evolução do Stock da Dívida

(Un: Euros)

Descrição	2014	2015	2016	2017
1- Dívida decorrente de empréstimos de m/l prazo no início do período	40 803 242,55	39 568 401,06	42 277 881,87	51 477 467,45
2 - Empréstimos contraídos e utilizados no período	2 845 225,18	6 541 538,29	14 276 571,85	6 703 102,01
3 - Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00
4 - Amortizações do período	4 080 066,67	3 832 057,48	5 076 986,27	4 875 973,37
Dívida decorrente de empréstimos de m/l prazo no final do período (1+2+3-4)	39 568 401,06	42 277 881,87	51 477 467,45	53 304 596,09
Taxa de Crescimento da Dívida	-3,0%	6,8%	21,8%	3,5%

O quadro anterior espelha a evolução da dívida decorrente de empréstimos de médio e longo prazo do grupo municipal, e que se confina apenas ao município, nos últimos quatro anos, verificando-se, nos últimos três anos, e ao contrário do que até aí vinha sucedendo, a uma tendência ascendente. De facto, a dívida passou, de 46.834.400,59 euros, em 2011, para 39.568.401,06 euros em 2014, o que representa uma redução na ordem dos 15,5%, tendo depois incrementado para 42.277.881,87 euros em 2015, 51.477.467,45 euros em 2016, e 53.304.596,09 euros em 2017. Esta inversão da tendência é fruto de uma utilização mais intensiva dos contratos de empréstimo previamente contratados, utilização esta superior ao valor registado das amortizações do período.

4.5 Indicadores de Gestão

4.5.1 Indicadores de Natureza Patrimonial

Os indicadores patrimoniais são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento. No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o ativo engloba uma série de bens que não poderão servir

de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público (que representam cerca de 9% quer do ativo total do Município de Matosinhos quer do ativo total do grupo autárquico) e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores, apresentados no quadro n.º 4 relativamente ao grupo municipal, permitem-nos ter uma perspetiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

Quadro n.º 4

Indicadores	2017
Estrutura do Ativo	
Ativo fixo / Ativo Total	86,8%
Ativo Circulante / Ativo Total	13,2%
Ativo Fixo / Ativo Circulante	659,9%
Estrutura do Passivo	
Passivo longo prazo / Passivo Total	23,8%
Passivo curto prazo / Passivo Total	5,6%
Passivo longo prazo / Passivo curto prazo	427,3%
Análise do Ativo Fixo	
Ativo fixo / Endividamento a médio longo prazo	12,85
Amortizações Acumuladas / Imobilizado Bruto	37,8%
Análise do Passivo Exigível	
- Coeficiente de endividamento a curto prazo	
Dívida de curto prazo / Património Líquido	2,2%
- Coeficiente de endividamento a longo prazo	
Dívida de médio longo prazo / Património Líquido	9,4%
Índices de Liquidez	
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	317,0%
Ativo circulante / Exigível a curto prazo	832,3%
Índice de Solvência	
Dívidas a terceiros / Ativo total	8,3%

Pela análise dos rácios da estrutura do ativo, podemos ver que o peso do ativo circulante no total do ativo continua ténue, embora com uma tendência crescente registada desde 2015, ao contrário do que se passa com o ativo fixo. De facto, o peso do ativo fixo sobre o circulante embora se mantenha elevado (659,9%), assistiu a uma redução relativamente ao ano transato motivado pelo aumento das disponibilidades (em cerca de 12 milhões de euros face a 2016).

No que se refere à estrutura do passivo, o passivo de curto prazo assume, no passivo total do grupo municipal, menos de um quarto do peso do passivo de médio e longo prazo, mantendo a tendência, que desde 2011, tem sido descendente. Se a dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2018 (amortizações de capital) não se encontrasse relevada na rubrica de Dívidas de Terceiros a Curto Prazo, o passivo de curto prazo seria inferior em 5,1 milhões de euros, perfazendo o montante de 6,6 milhões de euros.

Isto mesmo pode ser constatado também nos rácios referentes à análise do passivo exigível: o coeficiente de endividamento de curto prazo é inferior ao coeficiente de endividamento de médio e longo prazo em 7,2 p.p. .

O Ativo Fixo constitui basicamente o investimento direto do grupo municipal, líquido das depreciações que entretanto vão ocorrendo. A relação do ativo fixo com o endividamento a médio e longo prazo, permite-nos aferir da percentagem do imobilizado avaliado que está a ser financiado por endividamento a médio e longo prazo, traduzindo, igualmente, a garantia, em bens, aos seus financiadores. Analisado o rácio encontrado, verifica-se que o ativo fixo supera o endividamento de médio e longo prazo em cerca de 13 vezes. No entanto, e como já foi atrás referido, há que ter algum cuidado ao analisá-lo, já que cerca de 9% do imobilizado avaliado do grupo municipal são bens de domínio público e existem também muitos outros bens privados necessários à prestação de utilidades públicas. Portanto, este indicador de solvabilidade deverá ser encarado como meramente indicativo.

A relação entre as Amortizações Acumuladas e o Imobilizado Bruto aponta o coeficiente de envelhecimento do imobilizado; se o aumento das amortizações acumuladas for superior ao aumento do imobilizado bruto a tendência será para o seu envelhecimento. Em 2017, este indicador assumiu, para o grupo municipal, o valor de 37,8%, ligeiramente superior ao verificado em 2016 (36,42%), em 2015 (34,4%) e ao registado em 2014 (33,4%). Esta propensão merece uma leitura atenta e a tomada de medidas adequadas.

Passando agora à análise dos índices de liquidez, e particularizando o índice de liquidez imediata, conclui-se que, no final de 2017, as disponibilidades, em termos de grupo municipal, eram bastante superiores ao passivo de curto prazo (este representava cerca de um terço do montante de disponibilidades). Se a este retirarmos a dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2018,

teríamos uma situação em que as disponibilidades do grupo superavam mais de cinco vezes e meia a dívida de curto prazo, ou seja, em cerca de 30,5 milhões de euros.

Da análise de índice de solvência, podemos corroborar a manutenção de uma situação financeira positiva do grupo: de facto, o peso das dívidas a terceiros no Ativo Total é de apenas 8,3%, situando-se em linha com o observado em 2016 (8,7%), e superior ao registado nos 2 anos anteriores (2014 e 2015), fruto da intensificação da utilização dos empréstimos de médio e longo prazos anteriormente contratados. Tem-se assistido, desde 2010, a uma melhoria considerável deste índice: quer em 2015, quer em 2014, apresentava um valor de 7,6%; em 2013 de 8,1%; em 2012 de 9,1%; em 2011, de 11,7%; e no ano 2010 de 12,7%.

Finalmente, haverá ainda que fazer referência aos Índices de Solvabilidade que traduzem a capacidade do grupo autárquico, como um todo, solver as suas obrigações numa perspetiva de médio/longo prazo, isto é, trata-se de uma questão de liquidez na ótica da capacidade de continuar a gerar recursos financeiros suficientes para liquidar as dívidas nos prazos devidos. Em suma, medem a relação entre os capitais próprios e os capitais alheios de uma entidade e, portanto, um valor baixo destes indicadores é sinónimo de fragilidade económico-financeira, podendo representar a inviabilidade da mesma a médio/longo prazo. Poderão ser vistos sob três óticas, assumindo, em todas elas, valores muito confortáveis:

Quadro n.º 5

Solvabilidade I	
Fundo Patrimonial / Passivo	252,2%
Solvabilidade II	
Ativo Líquido / Passivo	352,2%
Solvabilidade Adaptado	
Ativo Líquido s/ BDPub / Passivo	320,0%

Solvabilidade I – relaciona os Fundos Próprios com o Passivo;

Solvabilidade II – relaciona o Ativo Líquido com o Passivo (indica a solvabilidade em sentido estrito e deve ser superior a 100%, caso contrário evidencia uma situação líquida negativa);

Solvabilidade Adaptado - relaciona o Ativo Líquido expurgado dos bens de domínio público com o Passivo.

5. MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

O mapa de fluxos de caixa consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais, quer de operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos no grupo municipal como um todo durante o ano 2017, aparece refletido no Quadro n.º 6, verificando-se que as entradas de fundos corresponderam a 145.138.262,89 euros, dos quais 136.599.508,04 euros são provenientes de receitas orçamentais e 8.538.754,85 euros resultantes de Operações de Tesouraria.

Quadro n.º 6 - Resumo dos Fluxos de Caixa

(Un: Euros)

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da Gerência anterior	25 146 653,09	Despesas Orçamentais	124 606 995,59
Execução Orçamental	20 830 759,91	Correntes	88 810 806,06
Operações de Tesouraria	4 315 893,18	Capital	35 796 189,53
Receitas Orçamentais	136 599 508,04	Operações de Tesouraria	8 667 383,50
Correntes	112 757 195,10		
Capital	23 646 901,23	Saldo para a Gerência Seguinte	37 010 536,89
Outras	195 411,71	Execução Orçamental	32 823 272,36
		Operações de Tesouraria	4 187 264,53
Operações de Tesouraria	8 538 754,85		
Total	170 284 915,98	Total	170 284 915,98

Desta forma, sendo a Despesa Global, em termos orçamentais (124.606.995,59 euros), inferior em 11.992.512,45 euros à receita efetivamente cobrada, e existindo um saldo inicial de 20.830.759,91 euros, o saldo a transitar para a gerência seguinte será de 32.823.272,36 euros. A este saldo acrescem 4.187.264,53 euros como saldo de operações de tesouraria.

Da análise do quadro podemos verificar que, no ano de 2017, o fluxo financeiro de entradas em cofre e destinados a outras entidades foi de 8.538.754,85 euros, enquanto que os movimentos de saída totalizaram o valor de 8.667.383,50 euros. Estas Operações de Tesouraria (OT) são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial. São consideradas OT as cobranças que os serviços municipais realizam para terceiros.



2 . BALANÇO CONSOLIDADO

Consolidação
de Contas

Relatório de Atividades e de Gestão

17

BALANÇO CONSOLIDADO

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL

ANO 2017

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	ANO 2017			ANO 2016
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	8 238 241,24	0,00	8 238 241,24	7 902 851,55
452	Edifícios	3 397 184,98	351 435,95	3 045 749,03	3 088 646,90
453	Outras construções e infra-estruturas	264 330 152,27	223 476 814,35	40 853 337,92	47 602 466,58
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	2 809 420,47	258 896,29	2 550 524,18	2 370 284,44
459	Outros bens de domínio público	3 042 810,72	674 454,59	2 368 356,13	2 324 719,73
445	Imobilizações em curso	10 425 143,54	0,00	10 425 143,54	8 544 361,65
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		292 242 953,22	224 761 601,18	67 481 352,04	71 833 330,85
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	2 086 864,15	2 039 398,97	47 465,18	163 574,98
433	Propriedade industrial e outros direitos	413 536,60	208 699,77	204 836,83	165 293,47
443	Imobilizações em curso	32 668,10	0,00	32 668,10	32 668,10
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		2 533 068,85	2 248 098,74	284 970,11	361 536,55
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	151 886 044,23	0,00	151 886 044,23	153 674 768,05
422	Edifícios e outras construções	488 259 373,59	125 420 257,74	362 839 115,85	363 977 965,77
	Equipamento básico	17 145 814,65	14 985 627,85	2 160 186,80	2 340 549,85
424	Equipamento de transporte	3 305 136,44	2 931 434,34	373 702,10	510 300,99
425	Ferramentas e utensílios	1 642 477,71	1 603 452,61	39 025,10	18 132,01
426	Equipamento administrativo	10 832 987,13	10 214 530,46	618 456,67	825 363,51
427	Taras e vasilhame	569,24	569,24	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	9 412 906,97	6 936 484,80	2 476 422,17	2 552 325,15
442	Imobilizações em curso	47 976 772,42	0,00	47 976 772,42	40 441 169,68
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	67 111,75	0,00	67 111,75	144 892,20
		730 529 194,13	162 092 357,04	568 436 837,09	564 485 467,21
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	1 360 690,00	10 000,00	1 350 690,00	1 350 690,00
412	Obrigações e títulos de participação	3 778 588,90	0,00	3 778 588,90	3 778 588,90
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	3 774,92	0,00	3 774,92	1 394,75
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		5 143 053,82	10 000,00	5 133 053,82	5 130 673,65
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	173 058,96	0,00	173 058,96	182 565,06
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		173 058,96	0,00	173 058,96	182 565,06
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				
282	Empréstimos concedidos	16 213,79	0,00	16 213,79	17 300,49
268	Outros devedores	11 254 476,29	0,00	11 254 476,29	13 619 241,04
		11 270 690,08	0,00	11 270 690,08	13 636 541,53
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
281	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes c/c	382 472,67	0,00	382 472,67	541 021,48
212	Contribuintes c/c	1 215 802,80	1 068 627,24	147 175,56	92 467,09
213	Utentes c/c	207 124,08	1 888,53	205 235,55	23 735,24
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	4 430 383,20	4 231 515,41	198 867,79	96 964,63
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	880 970,22	0,00	880 970,22	875 820,22
24	Estado e outros entes públicos	5 990,16	0,00	5 990,16	624 503,04
264	Administração autárquica	299 573,85	0,00	299 573,85	299 573,85
262+263+267+268	Outros devedores	12 452 693,81	4 544 682,24	7 908 011,57	10 415 039,06
		19 875 010,79	9 846 713,42	10 028 297,37	12 969 124,61
	Títulos negociáveis:				
151	Acções	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	36 941 829,45	0,00	36 941 829,45	25 103 869,10
11	Caixa	68 707,44	0,00	68 707,44	42 783,99
		37 010 536,89	0,00	37 010 536,89	25 146 653,09
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	38 424 796,51	0,00	38 424 796,51	39 481 409,12
272	Custos diferidos	274 437,26	0,00	274 437,26	115 862,83
		38 699 233,77	0,00	38 699 233,77	39 597 271,95
	Total de amortizações		389 102 056,96		
	Total de provisões.....		9 856 713,42		
	Total do activo	1 137 476 800,51	398 958 770,38	738 518 030,13	733 343 164,50

BALANÇO CONSOLIDADO

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL

ANO 2017

CÓDIGO DAS CONTAS	CÓDIGO DAS CONTAS SNC	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	ANO 2017	ANO 2016
51	51	Fundos próprios:		
55		Património	478 538 982,09	477 256 083,16
56		Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00	0,00
		Reservas de reavaliação	0,00	0,00
		Reservas:	0,00	0,00
571	551	Reservas legais	2 669 612,10	2 524 018,39
572	552	Reservas estatutárias	0,00	0,00
573		Reservas contratuais	0,00	0,00
574	552	Reservas livres	0,00	0,00
575	593	Subsídios	8 169 509,71	8 169 509,71
576	594	Doações	7 860 703,66	7 779 747,82
577		Reservas decorrentes de transferências de activos	0,00	0,00
		Outras Variações no Capital Próprio	0,00	0,00
59	56	Resultados transitados	26 962 689,61	24 939 900,63
88		Resultado líquido em exercício	4 644 188,94	2 674 357,81
			528 845 686,11	523 343 617,52
		Passivo:		
292		Provisões para riscos e encargos	3 839 589,97	4 025 502,28
		Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
2312	2513	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	48 182 753,97	46 756 473,83
2212+2214		Fornecedores c/c	0,00	0,00
2611	2711	Fornecedores de imobilizado c/c	91 336,79	140 519,99
268	2783	Outros Credores	1 619 396,90	2 159 194,90
			49 893 487,66	49 056 188,72
		Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2312	2513	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	5 121 842,11	4 720 993,61
2311	2513	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00
269		Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
2211+2212+2214+2215	221	Fornecedores c/c	682 780,11	1 523 281,30
2213	222	Fornecedores - Cauções e Garantias	0,00	28 295,17
228	225	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	203 044,79	129 017,15
252		Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
219		Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00
2611+2614+2615	2711	Fornecedores de imobilizado c/c	106 880,55	1 319 355,53
2612		Fornecedores Imobilizado c/ cauções e garantias	3 640 535,62	3 307 088,29
2613		Fornec. Imobiliz. - Fact. Recepção Conferencia	53 065,22	212 091,67
24	24	Estado e outros entes públicos	532 067,15	645 360,92
264	26	Administração autárquica	0,00	0,00
262+263+265+267+268	23+278	Outros credores	1 190 227,42	2 661 439,92
217		Clientes e Utenes com Cauções	145 447,72	153 383,39
			11 675 890,69	14 700 306,95
		Acréscimos e Diferimentos:		
273	2722	Acréscimos de Custos	7 644 541,17	7 303 073,75
274	282/59	Proveitos diferidos	136 618 834,53	134 914 475,28
			144 263 375,70	142 217 549,03
		Total do passivo	209 672 344,02	209 999 546,98
		Total dos fundos próprios e do passivo	738 518 030,13	733 343 164,50

ORGÃO EXECUTIVO

Em ____ de _____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de _____ de ____



3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Consolidação
de Contas

Relatório de Atividades e de Gestão

17

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

ENTIDADE

GRUPO MUNICIPAL

ANO: 2017

CÓDIGO DAS CONTAS	CÓDIGO DAS CONTAS SNC	DESIGNAÇÃO	EXERCÍCIO	
			2017	2016
61	61	Custos e perdas		
		Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
		Mercadorias	27 192,64	32 880,90
		Matérias	794 305,33	859 735,00
62	62	Fornecimentos e serviços externos:	29 731 140,93	32 581 182,29
		Custos com o pessoal:	0,00	0,00
641+642	631+632	Remunerações	28 611 809,24	27 647 447,49
	633 a 638	Encargos sociais	8 297 027,71	8 225 655,09
63		Transferências e subs. Correntes concedidos e prestações sociais	14 260 794,07	14 488 020,92
66	64	Amortizações do exercício	24 538 208,53	27 356 477,97
67	65	Provisões do exercício	188 244,61	47 802,22
65	681	Outros custos operacionais	1 398 342,37	1 368 574,95
			0,00	0,00
		(A)	107 847 065,43	112 607 776,83
68	69	Custos e perdas financeiros	901 092,90	901 092,90
			0,00	
		(C)	108 748 158,33	113 508 869,73
69	68	Custos e perdas extraordinários	7 087 936,78	9 294 294,32
		(E)	115 836 095,11	122 803 164,05
		Imposto sobre o rendimento do exercício	0,00	0,00
		(G)	115 836 095,11	122 803 164,05
88		Resultado líquido do exercício	4 644 188,94	2 686 451,94
		(X)	120 480 284,05	125 489 615,99
		Proveitos e ganhos		
		Vendas e prestações de serviços:		
7111	71	Venda de mercadorias	7 405,90	6 673,93
7112+7113		Venda de produtos	9 856,45	22 986,80
712	72	Prestações de serviços	21 780 696,80	20 405 873,55
72		Impostos e taxas	57 883 164,30	51 575 187,50
(a)		Variação da produção	0,00	0,00
75		Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
73	781	Proveitos suplementares	10 572,90	10 606,21
74	75	Transferências e subsídios obtidos	31 700 786,37	30 656 594,46
76		Outros proveitos e ganhos operacionais	67 217,22	7 374,93
			0,00	0,00
		(B)	111 459 699,94	102 685 297,38
78	79	Proveitos e ganhos financeiros	84 186,55	65 154,26
		(D)	111 543 886,49	102 750 451,64
79	78	Proveitos e ganhos extraordinários	8 936 397,56	22 739 164,35
		(F)	120 480 284,05	125 489 615,99
Resumo:		Resultados Operacionais: (B - A)	3 612 634,51	-9 922 479,45
		Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	-816 906,35	-835 938,64
		Resultados Correntes: (D - C)	2 795 728,16	-10 758 418,09
		Resultado Líquido de Exercício: (F - E)	4 644 188,94	2 686 451,94



4. FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Consolidação
de Contas

Relatório de Atividades e de Gestão

17

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL

ANO: 2017

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da Gerência anterior		25 146 653,09	Despesas Orçamentais		124 606 995,59
Execução Orçamental	20 830 759,91		Correntes	88 810 806,06	
Operações de Tesouraria ..	4 315 893,18		Capital	35 796 189,53	
Receitas Orçamentais		136 599 508,04	Operações de Tesouraria		8 667 383,50
Correntes	112 757 195,10		Saldo para a Gerência Seguinte		37 010 536,89
Capital	23 646 901,23		Execução Orçamental	32 823 272,36	
Outras	195 411,71		Operações de Tesouraria	4 187 264,53	
Operações de Tesouraria		8 538 754,85			
Total		170 284 915,98	Total		170 284 915,98

ORGÃO EXECUTIVO

Em ____ de _____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de _____ de ____



5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

**Consolidação
de Contas**

Relatório de Atividades e de Gestão

17

INTRODUÇÃO

O Município de Matosinhos apresenta as demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, relativas ao exercício de 2017, reportado a 31 de dezembro.

A Lei 73/2013, de 3 de setembro, estabelece o novo regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, revogando a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais), estabelecendo mudanças legislativas significativas relativamente à Prestação de Contas Consolidadas. O n.º 1 do art.º 75º refere que *“Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam conta consolidadas com as entidades detidas ou participadas”*.

Os art.º 75º e 76º, deste normativo legal, definem as regras, procedimentos, métodos e documentos contabilísticos a apresentar na consolidação de contas. Uma vez que no POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) não se encontram definidos procedimentos contabilísticos foram adotados as orientações na Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, que aprova a Orientação n.º 1/2010, relativa à “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”. Sem prejuízo no disposto nessa portaria, o grupo de trabalho de apoio técnico na aplicação do POCAL (SATAPOCAL) emanou a 28 de abril de 2010 as instruções a seguir na consolidação de contas.




As notas do presente Anexo incluem as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação, mapa de endividamento de médio longo prazo, bem como os mapas exigidos pelo n.º 7 do art.º 75 da Lei 73/2013, nomeadamente Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa Consolidados.

1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

1.1 Entidades Incluídas na Consolidação

Do cumprimento no disposto no n.º 3 do art.º 75 da Lei n.º 73/2013 – Regime Financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais e após análise às entidades suscetíveis de

inclusão no perímetro de consolidação, surge o grupo municipal composto pelas seguintes entidades:

ENTIDADE	SEDE SOCIAL	ATIVIDADE PRINCIPAL	% DETENÇÃO
 Município de Matosinhos	Avenida D. Afonso Henriques, 4454-502 Matosinhos	Atividades desempenhadas no âmbito das atribuídas pela Lei 75/2013 de 12/09, nomeadamente na área da segurança, protecção civil e luta contra incêndios, polícia municipal, educação, saúde, ordenamento do território, cultura, protecção do meio ambiente e conservação da natureza, saneamento e resíduos sólidos, energia, comércio e turismo.	Entidade Mãe
 Empresa Municipal - Matosinhos Sport MS, EEM, S.A	Rua Nova do Estádio 244, 4460-381 Senhora da Hora	Planeamento, administração, gestão e manutenção dos espaços e equipamentos desportivos municipais, bem como a promoção e realização de atividades de animação desportiva e de programas municipais de fomento desportivo. Detida a 100% pelo município.	100%
 Empresa Municipal - Matosinhos Habit MH, EEM.	Rua Alfredo Cunha 99 1º, 4450-023 Matosinhos	Gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da Empresa e do Município. Promoção da conservação e da manutenção do parque habitacional privado, em sede designadamente de vistorias de salubridade. Detida a 100% pelo município.	100%

Trabalhadores ao serviço por categoria em 31/12/2017:

Categoria	N.º Trabalhadores		
	Município de Matosinhos	Matosinhos Sport MS, EEM	Matosinhos Habit MH, EEM
Administrador	-	1	1
Dirigente Superior	3	-	3
Dirigente Intermédio	41	5	6
Técnico Superior	394	17	26
Assistente Técnico	349	41	13
Assistente Operacional	1062	96	7
Informática	16	-	-
Polícia Municipal	32	-	-
Outros	24	-	2
TOTAL	1.921	160	58

3. Informações de procedimentos de consolidação:

Aplicar-se-á o método de consolidação integral, uma vez, que o grupo municipal consolidado é constituído por entidades detidas a 100% pela entidade mãe.

A entidade mãe (Município de Matosinhos) é a entidade responsável pela apresentação das demonstrações financeiras. Sendo ela que efetua as diversas conversões/ajustamentos da informação, dado que as outras entidades utilizam uma contabilidade diferente.

Extra contabilisticamente foram efetuados movimentos nas rubricas das demonstrações financeiras, tendo em vista a eliminação de transações recíprocas entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação. Todas as operações recíprocas foram eliminadas.

4. Informações sobre o Endividamento de médio e longo prazo

O grupo municipal apresenta o endividamento de médio longo prazo da seguinte forma:

Designação das contas	Município Matosinhos	Matosinhos Sport	Matosinhos Habit	Grupo Municipal Consolidado
Empréstimo de médio longo prazo	48.182.753,97€	€	€	48.182.753,97€
Fornecedores de imobilizado	€	31.134,91€	60.201,88€	91.336,79€
Fundo de Apoio Municipal	1.619.396,90€	€	€	1.619.396,90€
TOTAL	49.802.150,87€	31.134,91€	60.201,88€	49.893.487,66€

Daqui a quatro anos, o grupo municipal apresentará previsionalmente as seguintes dívidas a médio longo prazo:

Designação das contas	Município Matosinhos	Matosinhos Sport	Matosinhos Habit	Grupo Municipal Consolidado
<i>Empréstimo de médio longo prazo</i>	34.669.089,47€	0,00€	6.683,05€	34.675.772,52€

5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Os saldos e fluxos financeiros (n.º 1 do art.º 46º do RFAL) da entidade consolidante e consolidadas resultam nos seguintes mapas, não se verificando operações entre a Matosinhos Habit e Matosinhos Sport.

Tipo de Fluxos	Câmara Municipal e MH - Matosinhos Habit, EEM									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no	Anulações no exercício	Pagamentos no Exercício	Saldo Final	Saldo inicial	Direitos constituídos no	Anulações no exercício	Recebimentos no Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências (REQUALIFICAÇÃO CH)		1 303 599,27 €		1 184 895,17 €	118 704,10 €					- €
Subsídios (CONTRATO PROGRAMA)		345 000,00 €		345 000,00 €	- €					- €
Outros					- €		116,78 €		116,78 €	- €
Total	- €	1 648 599,27 €	- €	1 529 895,17 €	118 704,10 €	- €	116,78 €	- €	116,78 €	- €

Tipo de Fluxos	Câmara Municipal e MS - Matosinhos Sport, EEM									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no	Anulações no exercício	Pagamentos no Exercício	Saldo Final	Saldo inicial	Direitos constituídos no	Anulações no exercício	Recebimentos no Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Subsídios (Subsídios à Exploração/Indemnizações Compensatórias)					- €	334 540,80 €		- 276 557,56 €	611 098,36 €	- €
Subsídios (Investimentos e Obras)					- €					- €
Outros					- €	126 799,13 €	62 992,52 €		189 791,65 €	- €
Total	- €	- €	- €	- €	- €	461 339,93 €	62 992,52 €	- 276 557,56 €	800 890,01 €	- €

6. Informações relativas a compromissos

No balanço consolidado figuram todos os compromissos assumidos pelo município para exercícios futuros relativo às entidades consolidantes.

As entidades do grupo consolidado apresentam em 31/12/2017 as seguintes garantias prestadas a terceiros:

Entidade – Grupo Consolidado	Beneficiário	Descrição	Valor
Município de Matosinhos	ATA – antiga Direção Geral Contribuições e Impostos	Processo de execução fiscal n.º 1821201301141589	417.588,85€
	Instituto Biblioteca Nacional Livro	Candidatura referente à Biblioteca	53.870,17€
Matosinhos Sport	Direção de Finanças do Porto – Serviço de Finanças de Matosinhos 1	Processo de execução fiscal n.º 18212010010802499	1.881.556,16€
Matosinhos Habit	ATA – antiga Direção Geral Contribuições e Impostos	IRC 2003	181.059,48 €
		IRC 2004	159.942,44 €
		IRC 2005	233.146,30 €
TOTAL			2.927.163,40 €

7. Informações relativas a políticas contabilísticas

Os critérios valorimétricos adotados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e definidos no ponto 4 do POCAL, são os seguintes:

7.1 Imobilizado

Os ativos imobilizados do grupo municipal foram registados pelo custo de aquisição, deduzindo as respetivas depreciações e provisões. Nos casos em que não é conhecido o valor de aquisição, procede-se à devida avaliação, segundo os critérios adequados.

Nas amortizações foi aplicado o método das quotas constantes como definido no ponto 2.7.2. do POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro).

Investimentos Financeiros

Quando à data do balanço tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, este pode ser objeto da correspondente redução, através da conta apropriada (provisão).

Os Investimentos Financeiros (partes de capital) foram contabilizados pelo custo de aquisição. Excepto quando à data do balanço tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, podem ser objecto de redução, considerando o Método de Equivalência Patrimonial, aplicando a NCRF 13 «Interesses em empreendimentos conjuntos e Investimentos em associadas», publicada no Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro.

Amortizações

Método das quotas constantes, tal como vem definido no ponto 2.7.2 do POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro), de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril e constantes do mapa de amortizações e provisões.

7.2 Locação Financeira

A classificação das locações financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação financeira em que as entidades agem como locatárias são classificadas como locações financeiras. De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo e a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na conta dívidas a terceiros M/L Prazo, Fornecedores de Imobilizado. Os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

7.3 Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição, tendo sido adotado como método de custeio das saídas o método do custo médio ponderado.

7.4 Provisões

As provisões são calculadas com base no princípio da prudência e reconhecidas quando exista uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, em que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Caracterizam-se como as principais situações as que se relacionam com cobranças duvidosas, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso.

São calculadas de acordo com o estabelecido no ponto 2.7.1 do POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro).

7.5 Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, sendo expressas em euros.

7.6 Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos em instituições financeiras exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, sendo os mesmos expressos em euros.

7.7 Especialização do exercício

No grupo consolidado municipal cada uma das entidades, registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios. As receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica “Acréscimos e Diferimentos”.

8. Informações diversas

a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento».

No ano de 2017 registou-se na rubrica de despesas de investigação e de desenvolvimento a seguinte aquisição:

- Elaboração do Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana de Matosinhos e Leça da Palmeira no valor de 12.226,20€;

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, ajustamentos e provisões.

As rubricas do ativo imobilizado do grupo municipal, em 31 de dezembro de 2017, refletem os seguintes valores:

ATIVO BRUTO

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÃO/AJUSTAMENTO	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERENCIAS	ABATES	DOAÇÕES E TRANSFERENCIAS DE/PARA OUT ENTIDADES	SALDO FINAL
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:								
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	7.902.851,55		284.047,86	53.336,02	40.913,46	141,45	63.905,84	8.238.241,24
EDIFÍCIOS	3.397.184,98		151.473,61		4.553.220,51	45.899,10		3.397.184,98
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	259.671.357,25							264.330.152,27
BENS PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTIST. E CULTURAL	2.600.707,77				208.712,70			2.809.420,47
OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	2.905.093,89				137.716,83			3.042.810,72
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	8.544.361,65		7.919.289,98		-5.431.717,39	606.790,70		10.425.143,54
ADANT. POR CONTA DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO								
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:								
DESPESAS DE INSTALAÇÃO								
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO	2.074.637,95		12.226,20					2.086.864,15
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	292.092,12		142.199,63			20.755,15		413.536,60
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	32.668,10							32.668,10

DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:								
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	153.674.768,05		1.708.274,83	57.200,00	2.242,70	3.442.041,35		151.886.044,23
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	477.917.553,14		3.058.628,74		9.756.588,63	2.488.446,92	15.050,00	488.259.373,59
EQUIPAMENTO BÁSICO	16.511.968,73		708.747,81		1.320,41	76.222,30		17.145.814,65
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	3.499.226,81		21.696,87		-39.360,00		-176.427,24	3.305.136,44
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	1.596.376,70		47.431,52		-1.320,41	10,10		1.642.477,71
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	10.592.087,29		437.927,09			197.027,25		10.832.987,13
TARAS E VASILHAME	569,24							569,24
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	9.733.769,62		616.534,64		52.644,00	992.041,29	2.000,00	9.412.906,97
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	40.441.169,68		17.225.711,37		-9.203.180,99	486.927,64		47.976.772,42
ADIANTEMENTOS POR CONTA DE IMOB. CORPÓREAS	144.892,20				-77.780,45			67.111,75
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:								
PARTES CAPITAL	1.360.690,00							1.360.690,00
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	3.778.588,90							3.778.588,90
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.394,75		2.380,17					3.774,92
Total	1.006.674.010,37		32.336.570,32	110.536,02	0,00	8.356.303,25	-95.471,40	1.030.448.270,02

Os movimentos ocorridos no exercício, nas rubricas de amortizações, são os seguintes valores:

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
<i>DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:</i>				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
EDIFÍCIOS	308.538,08	42.897,87		351.435,95
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	212.068.890,67	10.392.681,02	1.015.242,66	223.476.814,35
BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	230.423,33	27.084,80	1.388,16	258.896,29
OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	580.374,16	94.080,43		674.454,59
<i>DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:</i>				
DESPESAS DE INSTALAÇÃO	0,00			
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO	1.911.062,97	128.336,00		2.039.398,97
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	126.798,65	81.901,12		208.699,77
<i>DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</i>				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	0,00			
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	113.939.587,37	11.743.281,72	-262.611,35	125.420.257,74
EQUIPAMENTO BÁSICO	14.171.418,88	826.014,90	-11.805,93	14.985.627,85
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	2.988.925,82	118.935,76	-176.427,24	2.931.434,34
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	1.578.244,69	25.207,92		1.603.452,61
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	9.766.723,78	644.734,18	-196.927,50	10.214.530,46
TARAS E VASILHAME	569,24			569,24
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	7.181.444,47	413.052,81	-658.012,48	6.936.484,80
<i>DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:</i>				
PARTES DE CAPITAL	10.000,00			10.000,00
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO				
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS				
Total	364.863.002,11	24.538.208,53	1.018.747,04	389.112.056,96

c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não aplicável

d) Montante dos ajustamentos de valor dos activos abrangidos na consolidação que tenham sido objecto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram.

Não aplicável

e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados, e os respectivos preços de mercado.

Não aplicável

f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado.

Não aplicável

g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não aplicável

h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respectiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão.

O grupo consolidado apresenta em 31/12/2017 as seguintes garantias prestadas a terceiros:

<i>Entidade – Grupo Consolidado</i>	<i>Beneficiário</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor</i>
Município de Matosinhos	Manuel Mota, Freitas & Teixeira	Aquisição de caloríferos catalíticos	60,00 €
	EDP Gás	Tanatório de Matosinhos	240,00 €
TOTAL			300,00 €

i) Diferença, quando levada ao activo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas.

Não aplicável.

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de actividades.

Designação	Município Matosinhos	Matosinhos Habit MH, EEM	Matosinhos Sport MS, EEM	Correcções/Anulações Consolidação	Total Consolidado
Vendas	17.262,35€				17.262,35€
Prestações de Serviços	13.557.454,01€	4.551.015,44€	4.886.240,47€	-1.214.013,12€	21.780.696,80€

k) Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

l) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros;

Não aplicável.

m) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respectivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

Remunerações	Entidade			Total
	Município de Matosinhos	Matosinhos Habit MH, EEM	Matosinhos Sport MS, EEM	
Órgão Executivo	293.516,56	55.315,68	48.136,17	396.968,41
Órgão Fiscalização	18.265,55	5.904,00	6.000,00	30.169,55
Total	311.782,11	61.219,68	54.136,17	427.137,96

n) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento de inflação adoptados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação.

Não aplicável.

o) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

Não aplicável.

p) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não aplicável.

q) Demonstração de Resultados Financeiros Consolidada:

Código das Contas	Custos e Perdas	2017	2016	Código das Contas	Proveitos e Ganhos	2017	2016
681	Juros suportados	880.227,47€	893.851,62€	781	Juros obtidos	44.729,41€	35.545,42€
682	Perdas em entidades participadas	0,00€	0,00€	782	Ganhos em entidades participadas	0,00€	0,00€
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00€	0,00€	783	Rendimentos de imóveis	21.392,81€	0,00€
684	Provisões p/ aplicações financeiras	0,00€	0,00€	784	Rendimentos de participação de capital	3.057,34€	0,00€
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00€	0,00€	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00€	0,00€
687	Perdas na alienação de aplicações tesouraria	0,00€	0,00€	786	Descontos pronto pagamento obtidos	11,89€	0,00€
688	Outros custos e perdas financeiros	20.865,43€	19.335,41€	787	Ganhos na alienação aplicações tesouraria	0,00€	0,00€
	<i>Resultados financeiros</i>	-818.451,29€	-848.032,77€	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	13.450,16€	29.608,84€
TOTAL		82.641,61€	65.154,26€	TOTAL		82.641,61€	65.154,26€

r) Demonstração de Resultados Extraordinários Consolidada:

Código das Contas	Custos e Perdas	2017	2016	Código das Contas	Proveitos e Ganhos	2017	2016
691	Transf. Capital Concedidas	3.485.925,73€	2.788.072,53€	791	Restituição de impostos	0,00€	600,02€
692	Dívidas incobráveis	0,00€	24.043,98€	792	Recuperação de dívidas	0,00€	0,00€
693	Perdas em existências	1.255,90€	876,71€	793	Ganhos em existências	23.257,14€	30.698,15€
694	Perdas em imobilizações	1.683.547,03€	2.400.478,10€	794	Ganhos em imobilizações	57.200,00€	1.649.503,02€
695	Multas e penalidades	576,05€	191.203,54€	795	Benefícios de penalidades contratuais	738.720,74€	2.121.646,01€
696	Aumentos de Amortizações e provisões	0,00€	0,00€	796	Redução de Amortizações e provisões	790.163,59€	10.555.112,58€
697	Correcções relativas a ex. anteriores	405.203,59€	83.585,19€	797	Correcções relativas ex. anteriores	83495,49€	310.990,83€
698	Outros custos/perdas extraordinários	1.522.624,18€	3.843.265,82€	798	Outros proveitos ganhos extraordinários	7.243.560,60€	8.107.845,29€
	<i>Resultados Extraordinários</i>	1.837.265,08€	13.444.870,03€				
TOTAL		8.936.397,56€	22.776.395,90€	TOTAL		8.936.397,56€	22.776.395,90€

s) Desdobramento das contas de provisões acumuladas:

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0€	0€	0€	0€
291	Provisões para cobranças duvidosas	10.316.111,18€	326.784,20€	786.110,88€	9.856.784,50€
292	Provisões para riscos e encargos	4.205.502,28€	0€	185.912,31€	3.839.589,97€
39	Provisões para depreciações de existências	0€	0€	0€	0€
49	Provisões para investimentos financeiros	10.000,00€ ⁽¹⁾	0€	0€	10.000,00€

(1) Valor relativo à participação financeira no LEIXÕES SPORT CLUB - FUTEBOL, S.A.D., do Município.

t) Bens utilizados em regime de Locação Financeira:

Entidade	Descrição	Locador	Contrato N.º	Data Contrato	Valor Contabilístico (V. Líquido)
MS-MATOSINHOS SPORT, EM	Automóvel	Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito	93875	06-01-2016	20.500,00€
MH-MATOSINHOS HABIT, EM	Coberturas Autoportantes	Santander Totta Leasing	202132	15-06-2013	27.535,42€
	Automóvel	BPI Leasing	1561345400	14-07-2015	26.891,63€
	Equipamento	Santander Totta Leasing	211850	15-05-2011	22.650,54€
	Equipamento	Santander Totta Leasing	215857	15-12-2016	32.391,65€
TOTAL					129.969,24€

u) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.

Não aplicável.

9. Outras informações

O executivo da entidade consolidante (Município), na reunião de 30 de janeiro de 2018, deliberou aprovar a renovação do ato de constituição da Matosinhos Sport e a submissão a deliberação da Assembleia Municipal para posterior sujeição a visto prévio do Tribunal de Contas. Essa submissão tem como objetivo o esclarecimento do ponto de situação da empresa, nomeadamente face às posições contraditórias do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças face ao enquadramento e desenvolvimento da atividade no âmbito da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Este acontecimento não alteram as condições que existiam à data do balanço, pelo que não foram efetuados quaisquer ajustamentos das quantias escrituradas e reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas.



6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

**Consolidação
de Contas**

Relatório de Atividades e de Gestão

17

RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

**Aos Senhores Deputados da
Assembleia Municipal de Matosinhos**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Matosinhos ("Município"), relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2017, os quais são da responsabilidade do Órgão Executivo.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do Município, bem como das principais entidades englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal em vigor, tendo recebido do Órgão Executivo e dos diversos serviços e das entidades englobadas na consolidação as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2017, a Demonstração consolidada de resultados, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas. Adicionalmente, analisámos o Relatório Consolidado de Gestão do exercício de 2017 preparado pelo Órgão Executivo. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas Consolidadas que inclui uma ênfase.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Sessão da Assembleia Municipal.

Desejamos ainda manifestar ao Órgão Executivo e aos serviços do Município e das entidades participadas o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 5 de junho de 2018



HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por Carla Manuela Serra Geraldes (ROC n.º 1127)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município de Matosinhos e subsidiárias (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 738.518.030 euros e um total de fundos próprios de 528.845.686 euros, incluindo um resultado líquido de 4.644.189 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Município de Matosinhos e suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme referido na introdução do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, na ausência de procedimentos contabilísticos de consolidação no POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) o Município de Matosinhos adotou o disposto na portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, que aprova a Orientação n.º 1/2010, relativa à “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”. Adicionalmente, foi acolhida a sugestão do modelo

de estrutura de anexo ao balanço consolidado e à demonstração consolidada de resultados constante das instruções emanadas pelo grupo de trabalho de apoio técnico na aplicação do POCAL (SATAPOCAL), emanadas em 28 de abril de 2010. A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POCAL;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a

capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.


A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 5 de junho de 2018


HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Carla Manuela Serra Galdes (ROC 1127)



DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

**Consolidação
de Contas**

Relatório de Atividades e de Gestão

17

Declaração de responsabilidade – Diretor Financeiro

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência/exercício de **2017** do **Grupo Público Municipal de Matosinhos** declaro, sob compromisso de honra que não me foram transmitidas ordens ilegais contra o meu parecer ou informações que resultassem em atos ilegais e condutas ilícitas, enquanto Diretora Financeira, orgânica e funcionalmente competente pela execução do sistema de controlo interno, pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas ao membro do executivo competente pelo pelouro financeiro para apreciação pelo executivo municipal e a sua remessa pelo Presidente de Câmara ao Tribunal de Contas.

CLÁUDIA MANUELA
FERNANDES
SILVEIRA VIANA

Assinado de forma digital por
CLÁUDIA MANUELA
FERNANDES SILVEIRA VIANA
Dados: 2018.05.30 14:35:49
+01'00'

Cláudia Manuela Fernandes Silveira Viana
(Diretora Financeira)

Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência/exercício de **2017 do Grupo Público Municipal de Matosinhos** declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas consolidadas ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que as mesmas, designadamente:

- a) não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;
- f) foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Assumimos ainda a responsabilidade de que, por aplicação dos princípios, normas e procedimentos acima referidos e segundo o nosso conhecimento, as transações subjacentes:

- g) respeitam as normas da contração pública aplicáveis;
- h) asseguram o cumprimento pontual e tempestivo de todos os acordos e contratos com terceiros;
- i) respeitam as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas nesses diplomas, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;

Os responsáveis subscritores:



Luísa Maria Neves Salgueiro
(Presidente)



Eduardo Nuno Rodrigues Pinheiro
(Vice-Presidente)



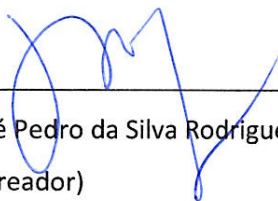
Fernando Manuel da Silva Alves Rocha
(Vereador)



Ângela Maria da Silva Almeida Miranda
(Vereadora)



António Fernando Gonçalves Correia Pinto
(Vereador)



José Pedro da Silva Rodrigues
(Vereador)

Os responsáveis que condicionam a subscrição, total ou parcialmente, nos termos e pelas razões constantes das declarações juntas: